



Março/2015



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista do CNMP** **Apoio Jurídico - Direito**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Dissertação - Tema Jurídico

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Dissertação - Tema Jurídico.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Dissertação - Tema Jurídico e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Dissertação - Tema Jurídico será corrigido.
- Escreva a resposta de sua Prova Dissertação - Tema Jurídico, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Dissertação - Tema Jurídico (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, considere o início do prefácio à obra **Primórdios da Justiça no Brasil**, escrito pelo ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal.

1 *Para a compreensão do fenômeno jurídico como ciência e prática, a História do Direito e das instituições jurídicas se mostra relevante. Na verdade, indispensável. Deve-se pensar o Direito hoje a partir do que nos ensinam os fatos e acontecimentos registrados desde a Antiguidade; a Justiça brasileira, a partir do surgimento de nossa organização judiciária. Nesse quadro, cumprindo tal tarefa de forma primorosa, vem à balha a obra do historiador e etnolinguista Amílcar D'Ávila de*
5 *Mello. "Primórdios da Justiça no Brasil" representará ferramenta imprescindível para todo aquele que busca não só conhecer o Direito brasileiro, mas pensá-lo criticamente.*

O propósito do livro é claro: instigar os leitores a revisitar o conhecimento dominante acerca da história jurídica do Brasil. Amílcar D'Ávila, examinando documentos datados de 1526 a 1541, afirma não terem sido as primeiras manifestações do direito romano-germânico justiniano originadas dos escrivães portugueses, mas de "operadores da justiça a serviço da
10 *Coroa de Castela". Adverte o autor, inclusive, que esses documentos, embora "tenham quase meio milênio de existência, contêm muitos institutos e prescrições que estão presentes em nossa Carta Magna de 1988, e nas de outros países, bem como em seus respectivos Códigos Cíveis e Penais".*

Trata-se de argumento desafiador. O autor busca promover uma reviravolta da óptica comum sobre o tema. Este é o papel de historiadores com vocação revolucionária - não apenas descrever por descrever, mas preencher possíveis lacunas ou equívocos do conhecimento, apontar fatos que possam recontar a sequência histórica do acontecido e, assim, modificar premissas e conclusões até então tidas por inquestionáveis. Como compreender os institutos próprios do Direito sem refletir acerca do momento no qual foram forjados, os motivos que levaram a instituí-los, os pensamentos hegemônicos que nortearam a consolidação das ideias respectivas? As respostas a essas indagações deixam transparecer, de modo inequívoco, mostrar-se impossível dissociar o estudo do Direito dos relatos históricos que nos permitem entender a evolução
20 *do pensamento jurídico e participar desse processo. Os historiadores nos revelam esse instrumental.*

Obs. *balha* = baila.

(MELLO, Marco Aurélio de. Prefácio. In: **Primórdios da Justiça no Brasil**: coletânea de documentos castelhanos do século XVI, de Amílcar D'Ávila de Mello, Ilha de Santa Catarina: Tekoá et Orbis, 2014, p.7-8)

1. No prefácio, o Ministro
- (A) defende que o conhecimento jurídico advém de sólida formação científica e prática daquele que o busca, ambas oferecidas por específicos ramos da História, concepção coincidente com a do autor da obra prefaciada.
 - (B) recomenda a leitura da obra prefaciada não somente por reconhecer-lhe valor superior às demais do gênero a que pertence, mas também pelo tratamento primoroso do tema, edificado pela perspectiva etnolinguística do seu autor.
 - (C) adverte sobre o equívoco de certos juristas contemporâneos brasileiros quando não consideram a relevância das normas do Direito legitimadas pela tradição nacional, fato que atribui ao desconhecimento da organização judiciária do país.
 - (D) corrobora a opinião do autor da obra prefaciada sobre a urgência de os conhecimentos jurídicos brasileiros, levando em conta as particularidades nacionais, ratificarem o ponto de vista perpetuado pelo saber da Antiguidade.
 - (E) pretende que o olhar do historiador subsidia a percepção da realidade jurídica, pois, ao permitir divisar o contexto dos fatos ocorridos e das decisões tomadas no passado, propicia a crítica e o aperfeiçoamento dos institutos do Direito.
-
2. O trecho do prefácio legitima a seguinte assertiva:
- (A) A originalidade da afirmação de Amílcar D'Ávila, oriunda do exame dos documentos datados de 1526 a 1541, circunscreve-se ao achado de que as primeiras manifestações do direito romano-germânico justiniano advieram não de escrivães, mas de operadores da justiça.
 - (B) No contexto, a advertência do autor da obra, mencionada na linha 10, deve ser entendida como comprovação de que tanto nossa Carta Magna de 1988, quanto os Códigos Cíveis e Penais de muitos outros países devem ser revisados.
 - (C) Ao caracterizar o argumento de Amílcar D'Ávila como *desafiador* e valer-se de um verbo auxiliar para modular a ação de *promover*, o autor do prefácio, embora reconhecendo possibilidades positivas da obra, exime-se de afiançar que ela atinja seu escopo revolucionário.
 - (D) A reflexão acerca de certos aspectos associados a institutos próprios do Direito – por exemplo, acerca do *momento no qual foram forjados* ou dos *motivos que levaram a instituí-los* – é a verdadeira caução de que eles serão adequadamente compreendidos e devidamente acatados.
 - (E) As indagações, no parágrafo 3, são de natureza retórica, argumentos utilizados pelo autor da apresentação para consolidar a ideia de que a obra prefaciada cumpre, de forma precisa, a tarefa de preencher as reconhecidas lacunas e os inevitáveis equívocos do conhecimento jurídico.



3. É correta a seguinte afirmação:

- (A) (linha 3) Em *a Justiça brasileira, a partir do surgimento de nossa organização judiciária*, justifica-se o emprego da vírgula pelo mesmo motivo que a justifica no segmento (linhas 11 e 12) *e nas de outros países, bem como em seus respectivos Códigos Civis e Penais*.
- (B) (linha 13) A frase *Trata-se de argumento desafiador* está articulada em consonância com as normas da gramática normativa, assim como o está a frase "Tratam-se de expedientes jurídicos corriqueiros".
- (C) (linha 4) Em *cumprindo tal tarefa de forma primorosa*, tem-se exemplo de coesão por antecipação, mediante o emprego do pronome.
- (D) (linhas 9 e 10) Em *"operadores da justiça a serviço da Coroa de Castela"*, o que se destaca constitui caracterização, de natureza restritiva, do segmento anterior, considerado em sua totalidade.
- (E) (linha 2) Em *Na verdade, indispensável*, o segmento destacado, semanticamente equivalente a "aliás", é exemplo de conector que indica uma generalização do que foi dito anteriormente, como se tem em "Ela o interrompeu no momento da conclusão de seu pensamento. Aliás, como sempre".

4. Considere:

- I. o emprego da palavra *como* em *Para a compreensão do fenômeno jurídico como ciência e prática, a História do Direito e das instituições jurídicas se mostra relevante*;
- II. estas acepções da palavra **como**, selecionadas do **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**:

advérbio

- 1 ocorre com valor circunstancial
- 1.1 em frase interrogativa (direta ou indireta)
- Exs.: *c. conseguiram voltar tão cedo?*
ainda não se sabe c. conseguiram voltar

- 3 especializando os sentidos:
- 3.1 modo:
- 3.1.1 da maneira que
- Ex.: *fantasiou-se c. quis e saiu*

conjunção

- 4 confere à oração subordinada os valores circunstanciais de:
- 4.2 conformidade: de acordo com, conforme, consoante
- Ex.: *c. dissemos, somos contra o acordo*
- 5 integra e acrescenta valor circunstancial à oração substantiva
- Ex.: *acabaram confessando-lhe c. haviam conseguido entrar*
- 6 liga orações do mesmo nível sintático, relacionando-as por:
- 6.2 adição
- Ex.: *na riqueza c. na pobreza*

Afirma-se com correção sobre o emprego de *como* em I:

- (A) é ocorrência do que se vê indicado no segundo exemplo de 1.1.
- (B) é ocorrência idêntica à descrita em 3.1.1.
- (C) tem o mesmo valor semântico indicado em 4.2.
- (D) tem o mesmo valor semântico indicado em 5.
- (E) é outro exemplo do que se detalha em 6.2.



5. Considere as orientações da gramática para a composição de um texto, em consonância com a norma-padrão escrita, e as assertivas abaixo.
- I. Levando em conta a condição mencionada em "...costuma ocorrer também a forma flexionada, quando entre o auxiliar e o infinitivo se insere o sujeito deste, expresso por substantivo ou equivalente" [**Nova gramática do português contemporâneo**, de Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra], a presença da forma "revisitarem", na frase *O propósito do livro é claro: instigar os leitores a revisitar o conhecimento dominante acerca da história jurídica do Brasil*, não poderia ser considerada correta.
 - II. Se, em vez de *Trata-se de argumento desafiador*, o autor tivesse escolhido a formulação "Me parece que trata-se de argumento desafiador", haveria incompatibilidade entre os registros linguísticos (formal/informal) adotados no prefácio e na hipotética construção, incompatibilidade no nível das estruturas sintáticas (*Me parece* e *que trata-se*), mas não no nível do léxico (o emprego de "parece" não compromete a formalidade).
 - III. A substituição da forma simples do gerúndio, em *Nesse quadro, cumprindo tal tarefa de forma primorosa, vem à balha a obra do historiador e etnolinguista Amílcar D'Ávila de Mello*, pela forma composta "havendo cumprido" não afeta qualquer traço semântico do original: mantém-se a ideia de ação em curso, ação contemporânea à expressa pelo verbo da oração principal.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

Atenção: Para responder às questões de números 6 e 7, considere o trecho de Machado de Assis, constante da série "A Semana", crônica publicada no dia 23 de outubro de 1892, na **Gazeta de Notícias**, jornal que circulou na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro.

Todas as cousas têm sua filosofia. Se os dous anciãos que o bond elétrico atirou para a eternidade esta semana, houvessem já feito por si mesmos o que lhes fez o bond, não teriam entestado com o progresso que os eliminou. É duro dizer; duro e ingênuo, um pouco à La Palisse; mas é verdade. Quando um grande poeta deste século perdeu a filha, confessou, em versos doloridos, que a criação era uma roda que não podia andar sem esmagar alguém. Por que negaremos a mesma fatalidade aos nossos pobres veículos?

Há terras onde as companhias indenizam as vítimas dos desastres (ferimentos ou mortes) com avultadas quantias, tudo ordenado por lei. É justo; mas essas terras não têm, e deveriam ter, outra lei que obrigasse os feridos e as famílias dos mortos a indenizarem as companhias pela perturbação que os desastres trazem ao horário do serviço. Seria um equilíbrio de direitos e responsabilidades. Felizmente, como não temos a primeira lei, não precisamos da segunda, e vamos morrendo com a única despesa do enterro e o único lucro das orações.

Obs.: Jacques de la Palice (ou de la Palisse): nobre e militar francês (1470-1525); à *La Palisse*: à moda de truísmo.

(COUTINHO, Afrânio. **Obra completa**. org. v. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A, 1997, p. 553)

6. É legítimo o seguinte comentário sobre o trecho transcrito:
- (A) A palavra *filosofia* deve ser entendida, no contexto, como um atributo que conduz a um tipo de sabedoria, a que, desvinculada da realidade empírica, ultrapassa o senso comum, sempre preso à existência concreta.
 - (B) A crônica de Machado de Assis subliminarmente legitima o princípio expresso na máxima "olho por olho, dente por dente", entendida como aplicação de castigo ao criminoso na mesma proporção da ofensa recebida, pena aplicada pelas mãos da própria vítima.
 - (C) No excerto, Machado de Assis trata um fato cotidiano como motivo de experiência e reflexão, de que, por meio de um dizer irônico e aparentemente descomprometido, resultam ponderações que propiciam ao leitor o exercício de ver o mundo sob óptica inovadora.
 - (D) Aquilo que o cronista relata sobre *um grande poeta* do século XIX permite a correta dedução de que a filha que inspirou versos doloridos foi vítima de um acidente idêntico ao que vitimou os anciãos.
 - (E) A referência à *La Palisse* denota que o cronista considera duro mencionar os perigos da roda quando se versa sobre episódios que envolvem desfechos fatais para as pessoas; duro, mas necessário.
7. Afirma-se com correção:
- (A) Transpondo o discurso direto presente no texto para o indireto, e observando-se o contexto, uma formulação apropriada e condizente com a norma-padrão seria "O cronista indaga porque negaremos a mesma fatalidade aos nossos pobres veículos".
 - (B) Na frase *Se os dous anciãos que o bond elétrico atirou para a eternidade esta semana, houvessem já feito por si mesmos o que lhes fez o bond, não teriam entestado com o progresso que os eliminou*, a vírgula após a palavra *semana* quebra a unidade sintático-semântica do segmento.
 - (C) Em *Se os dous anciãos [...] houvessem já feito por si mesmos o que lhes fez o bond*, o emprego do pronome destacado é motivado pelo mesmo fator que se nota em "Acato-lhes as críticas com humildade".
 - (D) Em *Se os dous anciãos [...] houvessem já feito por si mesmos o que lhes fez o bond*, o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo indica que a ação, em sua eventualidade, seria simultânea à indicada pela forma verbal no modo indicativo.
 - (E) Em *Se os dous anciãos [...] houvessem já feito por si mesmos o que lhes fez o bond*, o verbo "haver" está corretamente flexionado, o mesmo ocorrendo com o verbo auxiliar presente em "Devem fazer uns dez dias que ele esteve aqui".



8. Considere o trecho abaixo, parte de ofício dirigido a um deputado.

Em atendimento a recentes solicitações, informo Vossa Excelência que as medidas mencionadas em sua carta de número 3357, de fevereiro de 2015, dirigida ao Senhor Vice-presidente da República, não encontram amparo no procedimento administrativo de regulação de segurança nas fronteiras instituído pelo Decreto nº 12, de 11 de novembro de 2013 (cópia anexa).

Em tratativas anteriores entre o Senhor Vice-presidente da República e Vossa Excelência, seus argumentos delinearam com transparência os desafios a serem enfrentados pelos órgãos públicos que estariam envolvidos nos trabalhos de defesa das fron-

teiras.

Estudos técnicos para enfrentamento desses desafios estão sendo realizados pelos órgãos competentes e os resultados deverão ser encaminhados para a apreciação do Senhor Vice-presidente da República e para a do digníssimo deputado, na segunda quinzena do mês de maio de 2015.

Levando em conta as orientações do **Manual de Redação da Presidência da República**, no trecho do ofício há inadequações quanto a

- (A) (2), regência; (3), clareza; (5), tratamento.
- (B) (1), sinal indicativo de crase; (5), tratamento.
- (C) (2), regência; (4), preposição.
- (D) (1), sinal indicativo de crase; (2), regência; (3), clareza; (5), tratamento.
- (E) (3), pontuação; (4), elipse.

9. A alternativa que apresenta frase clara e correta, segundo a norma-padrão escrita, é:

- (A) Considerados quaisquer que seja os parâmetros, com certeza será ele o pesquisador escolhido para representar os projetos do setor, sem exceção alguma.
- (B) Passou por tantos reveses durante a infância e juventude, que se precaveu, na maturidade, para a velhice; foi o que lhe garantiu vivê-la às próprias expensas, e não às dos familiares.
- (C) O temporal estava eminente, não demoraria mais que meia hora para pôr em perigo as áreas mais suscetíveis a enchentes, por isso o aviso de alerta foi rápido e sucinto.
- (D) Não exitaram em considerar a protagonista símbolo da mesquinhez humana, por isso lhe previram um final trágico; outro desfecho para a personagem lhes pareceu aleatório.
- (E) Imiscuia-se tanto na vida alheia, que se disseminou no grupo um certo desconforto quando de sua presença; o mal-estar provocou que, mesmo a revelia de alguns, não mais lhe convidassem.

10. Considerada a norma-padrão escrita, é clara, concisa e correta a seguinte frase:

- (A) Tributos em homenagem a esportistas são cada vez mais frequentes, e mais comum também está ficando o hábito de o anfitrião tomar emprestado a eles as frases mais representativas de seu estilo.
- (B) Ele que não receie, pois grandes distâncias podem ser enfrentadas sem medo, em vias desconhecidas, se houverem pontos de referência bem determinados que orientem o motorista.
- (C) Na mão inversa da maioria dos representantes sindicais, é ele, o líder veterano, que se atêm a detalhes insignificantes para o desejado pacto, de cuja realização tantos dependem.
- (D) Considerou inócua qualquer tentativa de mediarmos os conflitos que crescem em progressão geométrica e justificou sua opinião pela forma que ambos se tratam, excessivamente agressiva.
- (E) Acordos tácitos podem ser imunes a críticas de quem observa, de fora, os que celebram a convenção, mas nunca prescindem da constante validação daqueles que estabelecem os pactos mudos.

**Legislação de Interesse Institucional**

11. Considere as seguintes atribuições:

- I. Autorizar o pagamento de diárias, passagens, ajuda de custo, transporte e/ou indenização de despesa, em conformidade com as tabelas aprovadas pelo Conselho e a legislação aplicável à espécie.
- II. Autorizar, homologar, anular e revogar os procedimentos licitatórios, mediante decisão fundamentada.
- III. Deliberar sobre o encaminhamento de notas técnicas quando caracterizado o interesse institucional do Ministério Público.
- IV. Aprovar a proposta orçamentária do Conselho.

De acordo com o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, compete ao Presidente do Conselho as funções indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e IV.

12. Nas sessões plenárias, o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, segundo o respectivo Regimento Interno, sentar-se-á ao centro da mesa; à sua direita, sucessivamente, o

- (A) Corregedor Nacional e o Secretário-Geral; à sua esquerda, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) Corregedor Nacional e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; à sua esquerda, o Secretário-Geral.
- (C) Secretário-Geral e o Corregedor Nacional; à sua esquerda, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) Secretário-Geral e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; à sua esquerda, o Corregedor Nacional.
- (E) Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Corregedor Nacional; à sua esquerda, o Secretário-Geral.

13. O Corregedor Nacional será eleito entre os membros do Ministério Público que integram o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para um mandato de

- (A) três anos, sendo vedada a recondução. Não exercerá suas funções em regime de dedicação exclusiva, permanecendo nas suas funções no órgão do Ministério Público a que pertence.
- (B) dois anos, sendo permitida uma única recondução. Exercerá suas funções em regime de dedicação exclusiva, ficando afastado do órgão do Ministério Público a que pertence.
- (C) dois anos, sendo vedada a recondução. Exercerá suas funções em regime de dedicação exclusiva, ficando afastado do órgão do Ministério Público a que pertence.
- (D) um ano, sendo permitida uma única recondução. Não exercerá suas funções em regime de dedicação exclusiva, permanecendo nas suas funções no órgão do Ministério Público a que pertence.
- (E) um ano, sendo vedada a recondução. Não exercerá suas funções em regime de dedicação exclusiva, permanecendo nas suas funções no órgão do Ministério Público a que pertence.

14. Luciomar, servidor público federal, após regular processo administrativo disciplinar, foi exonerado. Considerando que ele possuía débito com o erário, de acordo com a Lei nº 8.112/90, Luciomar

- (A) será notificado para pagamento ou parcelamento do débito dentro do prazo de quinze dias da efetivação de sua exoneração, sob pena de inscrição na dívida ativa após noventa dias.
- (B) terá o prazo de noventa dias para quitar o débito, sendo que a não quitação do débito dentro desse prazo implicará sua inscrição em dívida ativa.
- (C) terá seu débito inscrito imediatamente na dívida ativa por expressa previsão legal, em razão da extinção de seu vínculo com Administração pública.
- (D) terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito, sendo que a não quitação do débito dentro desse prazo implicará sua inscrição em dívida ativa.
- (E) será notificado para pagamento ou parcelamento do débito dentro do prazo de trinta dias da efetivação de sua exoneração, sob pena de inscrição na dívida ativa após cento e vinte dias.

15. Considere as seguintes situações:

- I. Rovaniilda, servidora pública federal, mantinha sob sua chefia imediata, em função de confiança, seu irmão, Rivaildo.
- II. Renata, servidora pública federal, aceitou comissão de estado estrangeiro.

Nestes casos, de acordo com a Lei nº 8.112/90, considerando as condutas praticadas, bem como que ambas são servidoras primárias, sem processo administrativo disciplinar anterior, Rovaniilda e Renata estão sujeitas às penas de

- (A) suspensão de até sessenta dias.
- (B) advertência e suspensão, respectivamente.
- (C) suspensão de até trinta dias.
- (D) advertência e demissão, respectivamente.
- (E) demissão.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Luiz Silva, Ana Kan e uma terceira pessoa investiram, juntos, 180 mil reais em uma sociedade. Coincidentemente, a quantia investida por cada um, nessa sociedade, foi diretamente proporcional ao número de letras do seu nome e sobrenome, contando também as letras repetidas. Se a terceira pessoa investiu 72 mil reais na sociedade, e se seu nome e sobrenome estão assinalados em apenas uma das alternativas abaixo, então, a terceira pessoa é

- (A) Ida Lopes.
- (B) Davi Santos.
- (C) Caio Teixeira.
- (D) Beatriz Borges.
- (E) Cristiana Dutra.

17. Um casal e seus dois filhos pesaram-se em uma balança de diversas formas diferentes. Primeiro, o casal subiu na balança e ela indicou 126 kg. Depois, o pai subiu na balança com o filho maior, e ela indicou 106 kg. Por fim, a mãe subiu na balança com o filho menor, e ela indicou 83 kg. Sabendo-se que o filho maior pesa 9 kg a mais do que o menor, o peso do filho maior, em quilogramas, é igual a

- (A) 36.
- (B) 27.
- (C) 45.
- (D) 56.
- (E) 47.

18. O mês de fevereiro tem 28 dias em anos regulares e 29 dias em anos bissextos. Em qualquer ano (regular ou bissexto), os meses de abril, junho, setembro e novembro têm 30 dias, e os demais meses têm 31 dias. Sabe-se, ainda, que nunca temos dois anos consecutivos que sejam bissextos.

Se 1^o de janeiro de um ano bissexto caiu em uma sexta-feira, o dia 1^o de março do ano seguinte cairá em uma

- (A) quarta-feira.
- (B) segunda-feira.
- (C) sexta-feira.
- (D) terça-feira.
- (E) quinta-feira.

19. As cidades A e B, distantes 100 km uma da outra em linha reta, estão representadas em um mapa na tela plana de um aparelho de telefone celular de tamanho usual. O mapa está visível, o que significa dizer que é possível identificar visualmente na tela do aparelho o segmento de reta ligando as duas cidades. Utilizando a mesma unidade de medida, uma escala de proporcionalidade possível para esse mapa é de um para

- (A) mil.
- (B) cem.
- (C) dez mil.
- (D) cem milhões.
- (E) dez milhões.

20. Paulo, Ricardo e Sérgio fizeram as seguintes afirmações:

Paulo: eu sou advogado.

Ricardo: Paulo não é advogado.

Sérgio: A afirmação de Ricardo é falsa.

A respeito das afirmações ditas por eles, certamente,

- (A) as três são verdadeiras.
- (B) duas são verdadeiras.
- (C) duas são falsas.
- (D) menos do que três são falsas.
- (E) menos do que duas são verdadeiras.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. De acordo com a Constituição Federal, o Distrito Federal
- (A) é atualmente a capital do Brasil, sendo vedada a transferência da sede do governo federal.
 - (B) não tem competência para organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o corpo de bombeiros e as polícias civil e militar.
 - (C) elege quatro Deputados Distritais para representar o povo, mas não elege Senadores, representantes dos Estados.
 - (D) rege-se por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa.
 - (E) não pode ter seu território dividido em Municípios, não lhe sendo atribuídas competências legislativas a estes reservadas.
22. A atual Constituição Federal prevê diversos direitos aos portadores de necessidades especiais, EXCETO:
- (A) adaptação dos logradouros, edifícios de uso público e veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.
 - (B) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede especial de ensino.
 - (C) necessidade da lei reservar percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
 - (D) proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
 - (E) garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
23. A inelegibilidade em razão do parentesco, nos termos da Constituição Federal e em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria,
- (A) não é afastada pela dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato.
 - (B) impede, em qualquer hipótese, que o cônjuge do Presidente da República seja candidato a cargos eletivos no território de jurisdição do titular.
 - (C) alcança, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos, até o segundo grau ou por adoção, excetuados os afins, do Presidente da República.
 - (D) é absoluta, somente podendo ser fixada taxativamente pela Constituição Federal.
 - (E) alcança, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República.
24. Considerando o que dispõe a Constituição Federal sobre distribuição de competências legislativas, é correto afirmar:
- (A) No âmbito da legislação comum, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga lei estadual, no que lhe for contrária.
 - (B) Legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (C) É competência exclusiva da União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicação e radiodifusão.
 - (D) Legislar sobre organização judiciária do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios é competência privativa da União.
 - (E) Legislar sobre sistema de consórcio e sorteios é competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
25. Em relação à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, é correto afirmar:
- (A) As normas constitucionais de aplicabilidade direta, imediata e integral, que admitem norma infraconstitucional posterior restringindo seu âmbito de atuação, são de eficácia plena.
 - (B) As normas constitucionais de aplicabilidade diferida e mediata, que não são dotadas de eficácia jurídica e não vinculam o legislador infraconstitucional aos seus vetores, são de eficácia contida.
 - (C) As normas constitucionais de aplicabilidade direta, imediata e integral, por não admitirem que norma infraconstitucional posterior restrinja seu âmbito de atuação, são de eficácia contida.
 - (D) As normas constitucionais que traçam esquemas gerais de estruturação de órgãos, entidades ou institutos, são de eficácia plena.
 - (E) As normas constitucionais declaratórias de princípios programáticos, que veiculam programas a serem implementados pelo Poder Público para concretização dos fins sociais, são de eficácia limitada.
26. Em conformidade com a disciplina constitucional dos direitos e deveres individuais e coletivos,
- (A) o direito de acesso à informação é assegurado a todos, sendo vedado o anonimato da fonte.
 - (B) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia indenização, em títulos da dívida pública, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
 - (C) a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, não dispensa posterior responsabilização em caso de exercício abusivo.
 - (D) ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, desde que mediante pagamento de fiança.
 - (E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização e de prévio aviso, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.



27. Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, a Constituição Federal estabelece que

- (A) sua função precípua é o controle da atuação administrativa e financeira da instituição e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe, inclusive, exercer o controle externo da atividade policial.
- (B) sua composição é heterogênea, com quatorze membros, entre representantes do Ministério Público, juizes, advogados e cidadãos, com mandato de dois anos, admitida uma recondução e tendo como Presidente o Procurador Geral de Justiça.
- (C) seus membros, com exceção do Presidente do Conselho, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a sua escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (D) para garantia da imparcialidade, o CNMP escolherá, em votação secreta, dentre um dos membros do Poder Judiciário, o Corregedor nacional.
- (E) é de competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, as ações contra o CNMP.

Direito Administrativo

28. Concluídos os estudos prévios de modelagem econômico-financeira de um projeto de expansão da rede metro-ferroviária de determinado Município, restou evidenciado que os investimentos a serem suportados pelo contratado para a consecução do objeto pretendido pela Administração não seriam cobertos pela receita auferida mediante cobrança de tarifa junto aos usuários da rede, na hipótese de exploração dos serviços correspondentes. Diante dessa realidade, a expansão e operação da rede metro-ferroviária pode ser contratada na modalidade

- (A) concessão de serviços públicos, ficando a Administração incumbida da cobrança de tarifa do usuário e auferindo a receita correspondente, remunerando-se o concessionário mediante a contraprestação pecuniária a cargo da Administração em montante suficiente para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (B) parceria público-privada, tendo por objeto exclusivamente a execução das obras necessárias, com pagamento pela Administração de aporte de recursos de forma compatível com os investimentos realizados em bens reversíveis.
- (C) concessão administrativa, que admite aporte de recursos da Administração para complementar a receita auferida pelo concessionário mediante a cobrança de tarifa do usuário, aportes estes que devem guardar compatibilidade com a parcela fruível do serviço.
- (D) obra pública, seguida de concessão administrativa para a exploração dos serviços proporcionados pela expansão mediante cobrança de tarifa dos usuários, condicionada ao pagamento de outorga à Administração, correspondente ao valor econômico dos investimentos realizados.
- (E) concessão patrocinada, ficando o concessionário incumbido de realizar os investimentos e operar os serviços de transportes de passageiros, remunerando-se mediante a tarifa cobrada dos usuários e contraprestação pecuniária paga pela Administração, admitindo-se, também, o aporte de recursos pela Administração destinado aos investimentos em obras e bens reversíveis.

29. Em função do agravamento da crise hídrica, determinado Estado necessita construir obras de transposição de águas de bacia hidrográfica localizada na divisa de seu território para reservatório na área metropolitana. Objetivando concluir o procedimento licitatório e as obras propriamente ditas no menor prazo possível, cogita adotar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, disciplinado pela Lei federal nº 12.462/2011 e alterações posteriores. Referida alternativa afigura-se juridicamente

- (A) inviável, eis que o RDC é aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e Copa do Mundo Fifa 2014, definidos pelas respectivas autoridades.
- (B) inviável, eis que o RDC é aplicável somente a licitações para contratos a serem celebrados pela União e entidades da Administração Pública federal.
- (C) viável, desde que a licitação e a contratação em questão correspondam a ações inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.
- (D) viável, desde que comprovado o relevante interesse público ou imperativo de segurança nacional, com a necessária aprovação pela União do objeto licitado.
- (E) viável, desde que comprovado o caráter emergencial da contratação, mediante a prévia declaração de situação de calamidade pública, na forma da lei.

30. Em determinado Município, consórcio de empresas privadas permissionário de serviços públicos de transporte de passageiros passou a prestar os serviços de forma deficiente, desrespeitando as condições determinadas pelo Poder Concedente em relação à frota disponível, regularidade de viagens e índices de conforto. O consórcio alegou que a tarifa cobrada dos usuários, fixada pelo Poder Concedente, estaria defasada, sendo esta a razão da deterioração da qualidade do serviço. De acordo com as disposições legais aplicáveis, o Poder Concedente possui a prerrogativa de

- (A) revogar a permissão, que possui caráter precário, e delegar a prestação dos serviços a outro consórcio, mediante concessão ou permissão, sempre com prévia licitação.
- (B) decretar a encampação, em face do reiterado descumprimento das condições do contrato, retomando a prestação direta dos serviços.
- (C) decretar a caducidade do contrato, assumindo os serviços para reestabelecer as condições de regularidade e qualidade necessárias, mediante prévia indenização ao consórcio.
- (D) decretar a intervenção na permissão, com vistas a apurar a efetiva necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (E) rescindir a permissão, mediante prévia indenização pelos investimentos não amortizados, descontadas as multas eventualmente aplicadas ao consórcio.



31. O proprietário de um imóvel vizinho a edifício tombado em razão de seu valor histórico pretende construir mais um pavimento, o que, contudo, impedirá a visibilidade do bem tombado. De acordo com a legislação federal que rege a matéria, esse proprietário
- (A) não poderá realizar a obra, sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, sob pena de ser mandada remover a obra, sem prejuízo de eventual imposição de multa.
 - (B) não possui qualquer impedimento para edificar, salvo se instituída servidão administrativa sobre seu imóvel.
 - (C) somente estará impedido de realizar a obra na hipótese de seu imóvel também ser tombado.
 - (D) terá direito a indenização por desapropriação indireta, na hipótese de ser impedido de realizar a obra pretendida.
 - (E) somente estará impedido de realizar a obra se o seu imóvel for declarado acessório no processo de tombamento do imóvel vizinho, de acordo com os limites de tal declaração.
32. De acordo com a Lei federal nº 11.107/2005, que dispõe sobre a contratação de consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum entre entes da Federação,
- (A) os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcios responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio de que participem.
 - (B) o contrato de programa continuará em vigor mesmo quando extinto o consórcio público ou o convênio de cooperação que autorizaram a gestão associada.
 - (C) as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas aplicam-se aos consórcios públicos apenas em caráter subsidiário, não alcançando a execução de receitas e despesas.
 - (D) é nula a cláusula do contrato de consórcio que preveja transferência ou cessão de direitos operadas por força da gestão associada de serviços públicos.
 - (E) as despesas realizadas com recursos entregues aos consórcios por meio do contrato de rateio somente serão contabilizadas nas contas dos respectivos entes consorciados em se tratando de despesas de pessoal.
33. Determinado órgão público pretende contratar serviços técnicos especializados de engenharia, para elaboração de projeto básico para uma obra de considerável complexidade técnica que pretende realizar. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, para contratação do referido projeto
- (A) será inexigível prévia licitação, por se tratar de serviços técnico especializados, ainda que não sejam de natureza singular.
 - (B) poderá ser dispensada a licitação, se comprovada a notória especialização do contratado.
 - (C) será necessário o prévio procedimento licitatório, adotando-se, obrigatoriamente, a modalidade concorrência.
 - (D) poderá ser adotada a modalidade empreitada integral, na qual o projeto básico pode ficar a cargo da empresa contratada para a execução da obra.
 - (E) a correspondente licitação poderá ser do tipo melhor técnica ou técnica e preço, dada a natureza predominantemente intelectual dos serviços contratados.
34. Determinado cidadão solicitou perante empresa estatal, com base na legislação federal que disciplina o acesso à informação (Lei federal nº 12.527/2011), relação dos contratos celebrados pela empresa nos últimos 5 anos, bem como esclarecimentos quanto à existência ou não de prévio procedimento licitatório e dos pagamentos realizados. De acordo com a referida legislação, as informações requeridas
- (A) poderão ser negadas, a critério da autoridade competente, caso vislumbre razões de interesse público ou segurança nacional pertinentes e suficientes para manter o caráter reservado.
 - (B) somente deverão ser disponibilizados na medida do legítimo interesse do requerente, devidamente justificado.
 - (C) não serão disponibilizadas quando, no período abrangido, já tenham sido objeto de publicação nos veículos oficiais.
 - (D) deverão ser disponibilizadas, observando-se, se houver, sigilo relativo a segredo industrial decorrente da exploração direta de atividade econômica pela estatal.
 - (E) deverão ser disponibilizadas, excetuadas aquelas que digam respeito a pagamentos a particulares, eis que protegidas pelo sigilo fiscal.
- Direito Processual Civil**
35. Segundo as regras da publicidade dos atos processuais, a consulta dos autos em cartório, de processo que não tramite em segredo de justiça
- (A) é permitida a qualquer pessoa, inclusive da imprensa.
 - (B) pode ser feita apenas por advogados, constituídos ou não por qualquer das partes.
 - (C) não pode ser deferida a terceiro sem interesse jurídico no processo.
 - (D) é restrita a qualquer das partes e seus procuradores.
 - (E) só pode ser deferida, para quem não for parte ou advogado, pelo juiz.
36. Em relação à produção de prova documental em língua estrangeira, é correto afirmar:
- (A) Só poderá ser juntado aos autos documento redigido em vernáculo.
 - (B) Cópia de obra jurídica ou parecer jurídico em língua estrangeira também está sujeito a tradução.
 - (C) Para produzir efeito em juízo não é necessária a inscrição, no registro público, de documentos de procedência estrangeira, autenticados por via consular.
 - (D) Poderá ser juntado aos autos documento estrangeiro vertido para o vernáculo por qualquer meio, inclusive eletrônico.
 - (E) O juiz poderá dispensar a tradução para o vernáculo, quando tiver proficiência na língua estrangeira em que redigido o documento.



<p>37. A apelação</p> <p>(A) deve ser conhecida mesmo que apresentada sem razões, discorrendo sobre os fundamentos de fato e de direito.</p> <p>(B) devolve ao tribunal o conhecimento de todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não apreciadas por inteiro pela sentença.</p> <p>(C) será recebida em seu duplo efeito quando interposta contra sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.</p> <p>(D) interposta em seu prazo regular deve ser conhecida como agravo, incorrendo erro grosseiro, em razão do princípio da fungibilidade dos recursos.</p> <p>(E) devolve ao tribunal a necessidade de julgamento desde logo da lide mesmo nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito.</p>	<p>40. No âmbito do mandado de segurança coletivo,</p> <p>(A) uma associação de Municípios tem legitimidade ativa para, em nome próprio, ajuizá-lo em defesa dos Municípios que represente.</p> <p>(B) os partidos políticos têm legitimidade para impetrá-lo contra ato de autoridade que ilegalmente faça exigência tributária indevida.</p> <p>(C) o Estado-membro tem legitimidade ativa para propô-lo contra ato de autoridade federal.</p> <p>(D) a impetração por entidade de classe em favor dos associados depende de autorização destes.</p> <p>(E) a entidade de classe tem legitimação ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas uma parte da respectiva categoria.</p>
<p>38. Na condução da instrução processual, o juiz</p> <p>(A) da causa quando arrolado como testemunha mandará, <i>incontinenti</i>, excluir o seu nome do rol apresentado.</p> <p>(B) indeferirá a perícia nas hipóteses em que a prova do fato não depender do conhecimento especial de técnico, for desnecessária em vista de outras provas produzidas; disponha de conhecimentos técnicos e científicos para decidir a lide.</p> <p>(C) interrogará a testemunha sobre os fatos articulados, cabendo, primeiro à parte contrária e depois à parte que a arrolou, formular perguntas tendentes a esclarecer ou completar o depoimento.</p> <p>(D) poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.</p> <p>(E) não poderá ordenar, de ofício, a inquirição de testemunhas não arroladas pelas partes.</p>	<p>41. Considere:</p> <p>I. O ato administrativo geral, abstrato e impessoal não enseja mandado de segurança.</p> <p>II. Controvérsia sobre matéria de direito não impede a concessão de mandado de segurança.</p> <p>III. A complexidade dos fatos exclui por si só o caminho do mandado de segurança.</p> <p>IV. Cabe a concessão de segurança com base em fundamento de direito não alegado na inicial, por ser aplicável o princípio <i>jura novit curia</i>.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) I e III.</p>
<p>39. Considere:</p> <p>I. O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da ação e as que se vencerem no curso do processo.</p> <p>II. A prisão civil do devedor de alimentos pode ser decretada, de ofício, pelo juiz.</p> <p>III. A concessão de efeito suspensivo aos embargos do executado impedirá a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.</p> <p>IV. Nos embargos à execução contra a Fazenda Pública, considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I e III.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Penal e Direito Processual Penal</p> <p>42. Para fins da contagem do prazo no Código Penal,</p> <p>(A) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.</p> <p>(B) não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.</p> <p>(C) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se as horas, os dias, os meses e os anos.</p> <p>(D) não se computará no prazo o dia do crime, incluindo-se, porém, o do resultado.</p> <p>(E) o dia do começo e do vencimento deverão estar expressamente previstos em face do princípio da reserva legal.</p>



43. No concurso de pessoas,
- (A) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, essa pena será aumentada de 1/3 a 2/3, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
 - (B) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua periculosidade.
 - (C) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
 - (D) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega a ser consumado.
 - (E) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída até metade.
-
44. Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será
- (A) pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.
 - (B) privada subsidiária da pública.
 - (C) pública condicionada à representação da pessoa jurídica de direito público.
 - (D) privada.
 - (E) pública.
-
45. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que
- (A) cessar os atos preparatórios, no caso de tentativa.
 - (B) o crime foi praticado.
 - (C) for interrompida a execução provisória da pena.
 - (D) a vítima completar dezoito anos, nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.
 - (E) for revogada a suspensão condicional do processo ou a liberdade provisória.
-
46. A conduta de lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, pode ser definida como crime
- (A) crime unissubjetivo cuja ação penal é privada.
 - (B) crime plurissubjetivo cuja ação penal é condicionada à representação.
 - (C) crime material cuja ação penal é pública condicionada.
 - (D) crime próprio cuja ação penal é pública.
 - (E) crime formal cuja ação penal depende de representação.
-
47. Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado
- (A) em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
 - (B) em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal, no exercício regular de direito ou por erro determinado por terceiro.
 - (C) em estado de necessidade, em estrito cumprimento de dever legal, por erro sobre a pessoa ou no exercício regular de direito.
 - (D) em estrito cumprimento de dever legal, legítima defesa, no exercício regular de direito ou mediante coação irresistível.
 - (E) mediante erro sobre a ilicitude do fato, em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou mediante obediência hierárquica.
-
48. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for
- I. maior de 80 anos.
 - II. extremamente debilitado por motivo de doença grave ou quando for pessoa com deficiência.
 - III. imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 anos de idade ou com deficiência.
 - IV. gestante a partir do sétimo mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e IV.



Direitos Difusos e Coletivos

49. Considere as seguintes proposições:

- I. A conclusão de um inquérito civil ocorre pelo seu arquivamento ou propositura de ação civil pública, depende de decisão fundamentada do membro do Ministério Público e deve ocorrer impreterivelmente no prazo de 1 ano.
- II. O órgão de revisão competente para homologar a promoção de arquivamento do inquérito civil, poderá converter o julgamento em diligência para a realização de novos atos instrutórios imprescindíveis à sua decisão, indicando de forma expressa as diligências necessárias.
- III. Será pública a sessão do órgão revisor e, na hipótese de conversão do julgamento em diligência, o órgão revisor designará membro do Ministério Público que irá atuar nas diligências determinadas.
- IV. As disposições acerca do arquivamento de inquérito civil ou procedimento preparatório também se aplicam à hipótese em que estiver sendo investigado mais de um fato lesivo e a ação civil pública proposta somente se relacionar a um ou a algum deles.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e III.

50. Considere as seguintes proposições:

- I. Constitui pressuposto material ou substancial para a instauração do inquérito civil a existência de um fato determinado.
- II. As recomendações substituem o termo de ajustamento de conduta nas hipóteses em que o investigado é pessoa jurídica de direito público.
- III. Em razão de seu caráter inquisitorial o inquérito civil não deve obediência ao princípio da transparência administrativa.
- IV. O inquérito civil pode ser instaurado também a partir de informações verbais ou de manifestação anônima.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e III.

51. Nas ações civis públicas, a

- (A) prevenção é determinada pela simples propositura da ação.
- (B) competência é territorial e será determinada pela prevenção.
- (C) prevenção institui um juízo universal para quaisquer outras ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- (D) competência é relativa e será determinada pelo foro do domicílio do réu.
- (E) prevenção é determinada somente pela citação válida.

52. A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

- (A) O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos.
- (B) Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações.
- (C) Participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação de políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos.
- (D) Priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência.
- (E) Descentralização político-administrativa.

53. Considere as seguintes proposições:

- I. Ainda quando os interesses e direitos individuais disponíveis coletivamente considerados tragam repercussão social apta a transpor as pretensões particulares, não está autorizado o Ministério Público a tutelá-los pela via coletiva.
- II. O Ministério Público tem legitimidade *ad causam* para propor ação civil pública com a finalidade de defender interesses coletivos e individuais homogêneos dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação.
- III. O art. 16 da LACP encontra aplicação naquelas ações civis públicas que envolvam direitos individuais homogêneos, únicos a admitir, pelo seu caráter divisível, a possibilidade de decisões eventualmente distintas, ainda que não desejáveis, para os titulares dos direitos autônomos, embora homogêneos.
- IV. É firme a orientação no sentido da ilegitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública com objetivo tipicamente tributário, inclusive para questionar acordo firmado entre o contribuinte e o Poder Público para pagamento de dívida tributária, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 1º da Lei da Ação Civil Pública, e porque o contribuinte não se confunde com o consumidor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e III.



<p>54. Segundo as regras do Código de Defesa do Consumidor sobre a qualidade de produtos e serviços, a prevenção e a reparação de danos, a responsabilidade</p> <p>(A) pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos independe da existência de culpa, mas não abrange todas as vítimas do evento.</p> <p>(B) do fabricante, do produtor, do construtor nacional ou estrangeiro e do importador pela reparação dos danos causados aos consumidores é subsidiária ao do comerciante ou prestador direto do serviço.</p> <p>(C) do comerciante independe de culpa, somente na hipótese de não conservar adequadamente os produtos perecíveis.</p> <p>(D) do fornecedor de serviços, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, será apurada mediante a verificação de culpa.</p> <p>(E) pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.</p>	<p>57. O Ministério Público da União compreende:</p> <p>I. o Ministério Público Federal e de Contas.</p> <p>II. o Ministério Público do Trabalho.</p> <p>III. o Ministério Público Militar.</p> <p>IV. o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>55. Na ação popular é correto afirmar que</p> <p>(A) a proposta contra o Presidente da República a competência originária é do STF.</p> <p>(B) a sentença estará sempre sujeita a reexame obrigatório.</p> <p>(C) se pode impugnar ato administrativo e lei de efeito concreto.</p> <p>(D) o Ministério Público não pode aditar a inicial.</p> <p>(E) é viável a tutela e a defesa do consumidor em razão do princípio da integratividade do microsistema processual coletivo.</p>	<p>58. Nos Estados, são órgãos de execução do Ministério Público:</p> <p>(A) a Corregedoria-Geral do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.</p> <p>(B) o Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e os Promotores de Justiça.</p> <p>(C) o Procurador-Geral de Justiça, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.</p> <p>(D) o Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.</p> <p>(E) somente os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.</p>
<p style="text-align: center;">Regime Jurídico do Ministério Público</p> <p>56. São princípios institucionais do Ministério Público da União:</p> <p>(A) A legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade dos seus atos.</p> <p>(B) A defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis.</p> <p>(C) Zelar pela observância dos princípios constitucionais e pela tutela constitucional do cidadão.</p> <p>(D) Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e pelos serviços de relevância pública.</p> <p>(E) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.</p>	<p>59. Os membros do Ministério Público brasileiro têm as seguintes garantias:</p> <p>(A) apenas, vitaliciedade e inamovibilidade.</p> <p>(B) vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.</p> <p>(C) apenas, estabilidade e inamovibilidade.</p> <p>(D) vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>(E) estabilidade, inamovibilidade do cargo e subsídio proporcional ao dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>60. Nos termos do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, deve ser autuada como nota técnica</p> <p>(A) as dúvidas suscitadas, presentes o interesse e a repercussão gerais, sobre a aplicação de dispositivos legais e regimentais concernentes à matéria de competência do Conselho.</p> <p>(B) a solicitação de manifestação do entendimento do Conselho em determinado assunto ou documento, para divulgação pública ou encaminhamento a órgão da Administração.</p> <p>(C) as deliberações do Conselho que contenham determinações.</p> <p>(D) os documentos destinados a estudo, manifestação ou desenvolvimento de atividades específicas relacionadas às competências das comissões do Conselho.</p> <p>(E) os anteprojatos de lei encaminhados ao Conselho, para manifestação.</p>

**DISSERTATIVA – TEMA JURÍDICO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo IX, itens:

“9.8 Será atribuída nota ZERO à Prova Dissertativa – Tema Jurídico nos seguintes casos:

9.8.1 fugir ao tema proposto; 9.8.2 estiver em desacordo com as especificações fornecidas para a elaboração da resposta; 9.8.3 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 9.8.4 for assinada fora do local apropriado; 9.8.5 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 9.8.6 estiver em branco; 9.8.7 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

9.9 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Dissertativa – Tema Jurídico pela Banca Examinadora.

Instruções:

- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Dissertativa – Tema Jurídico.

Tendo por base, e como ponto de partida, a Constituição da República Federativa do Brasil, analise as funções do Ministério Público: elencando as funções penais, cíveis e administrativas.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

By Carla Gabola